



PREGÃO ELETRÔNICO 002/2016  
PROCESSO: 01.013.334.16-47

- P B H -

Procuradoria Geral do Município

REGISTRADO

- CONTRATO

Nº 181

Fls. 136 23/07/2016

Uênica BM-84740-6

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a empresa Conserve Serviços Gerais Ltda.

O **Município de Belo Horizonte**, CNPJ nº. 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Regional Municipal Centro-Sul, Marcelo de Souza e Silva, presentes o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti e do Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha doravante denominado **Contratante** e a empresa Conserve Serviços Gerais, estabelecida na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.187, CNPJ: 17.027.806/0001-76, representada por Márcio Vilanova Monken – CPF: 811.530.826-91, neste ato denominada **Contratada**, celebram o presente contrato decorrente do pregão eletrônico nº 002/2016, processo administrativo 01.013.334.16-47, em conformidade com os Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 12.437/06 e nº 15.113/13 e Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra para prestação de serviços contínuos, conforme quantitativos e especificações estipuladas no Termo de Referência e anexos que compõem o Edital, de:

Item 1: Apoio administrativo no atendimento das atividades da fiscalização, do Social e nas áreas administrativas da Secretaria de Administração Regional Municipal Centro Sul / SARMU-CS;

Item 2: Apoio logístico nas intervenções e atribuições necessárias ao cumprimento do código e postura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte nas atividades da Secretaria de Administração Regional Municipal Centro Sul SARMU-CS e Secretaria Municipal Adjunta de Fiscalização /SMAFIS

| UNIDADES APOIO ADMINISTRATIVO E ATENDIMENTO              |
|--|
| Av. Augusto de Lima, 30 Centro, Belo Horizonte           |
| Rua Coronel Otávio de Diniz, 133 Pompéia, Belo Horizonte |
| Av. Dos Andradas, 1.345 Santa Efigênia, Belo Horizonte   |
| Av. Afonso Pena, 941 Centro, Belo Horizonte              |
| Rua Tupis, 149 Centro, Belo Horizonte                    |
| Rua Caetés, 466 Centro, Belo Horizonte                   |
| AV. Santos Dumont, 363 Centro, Belo Horizonte            |



733  
AL

| UNIDADES APOIO LOGÍSTICO |  |
|--------------------------|--|
| SMAFIS                   | AV. Álvares Cabral, 200 Centro, Belo Horizonte               |
| SARMU-CS                 | Rua Caetés, 466 Centro, Belo Horizonte                       |
| SARMU-B                  | Rua Flávio Marques Lisboa, 345 Barreiro, Belo Horizonte      |
| SARMU-L                  | Rua Lauro Jaques, 20 Floresta, Belo Horizonte                |
| SARMU-N                  | Rua Pastor Muryllo Cassetê, 85 São Bernardo, Belo Horizonte  |
| SARMU-NE                 | Rua Queluzita, 45 São Paulo, Belo Horizonte                  |
| SARMU-NO                 | Rua Peçanha, 144 Carlos Prates, Belo Horizonte               |
| SARMU-O                  | AV. Silva Lobo, 1280 Nova Granada, Belo Horizonte            |
| SARMU-P                  | AV. Presidente Antônio Carlos, 7596 São Luiz, Belo Horizonte |
| SARMU-VN                 | Rua Érico Veríssimo, 1428 Rio Branco, Belo Horizonte         |
| GERDEPO-CS               | Rua Ouro Preto, 46 Barro Preto, Belo Horizonte               |

**Obs. consideramos que os endereços mencionados para a prestação de serviço estão instalados em imóvel próprios e alugados, os postos de trabalho estão sujeitos a alteração de endereços no decurso do contrato.**

**1.1.** As especificações técnicas e detalhamentos encontram-se devidamente explicitados no Termo de Referência – Anexo I e neste Instrumento.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária da SARMU-CS:

**1200.0002.04.122.007.2.900.339037.03.0300**  
**2902.0002.15.452.059.2.890.339037.05.0300**  
**1011.0002.08.244.019.2.308.339037.05.0300**  
**1011.0002.08.244.020.2.878.339037.03.0300**

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

**3.1.** O presente contrato tem o valor mensal de **R\$ 1.091.339,83** (Um milhão, Noventa e Um Mil , Trezentos e Trinta e Nove Reais e Oitenta e Três Centavos) totalizando um valor anual de **R\$ 13.096.077,94** (Treze Milhões, Noventa e Seis Mil, Setenta e Sete Reais e Noventa e Quatro Centavos).

## CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

**4.1.** O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado em conformidade com os termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

**4.2.** A ordem de serviço será emitida após a assinatura do contrato, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência.

**4.3.** A prorrogação a que se refere o subitem 4.1 será realizada através de termo aditivo e mediante justificativa fundamentada do gestor e do fiscal do contrato quanto ao cumprimento das obrigações avençadas, vantagens da





prorrogação e compatibilidade dos preços vigentes com os praticados no mercado.

**4.4.** Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do contrato inicial e observada a legislação em vigor. Nos casos de majoração do valor contratual exigir-se-á reforço da garantia prevista na Cláusula Décima Terceira deste contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

**5.1.** O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da Contratada, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base os percentuais estabelecidos para o reajuste salarial da categoria profissional dos empregados da Contratada.

**5.2.** O reajuste a que se refere o caput desta cláusula contar-se-á de 12 (doze) meses da data da última Convenção Coletiva da Categoria, Dissídio ou Acordo Coletivo vigente na data da apresentação da proposta para a licitação e na qual se baseou a proponente para a elaboração de sua oferta, independentemente da data de seu registro ou homologação junto ao Órgão ou Entidade competente ou da celebração deste instrumento.

**5.3.** Incluir-se-ão no reajuste os demais itens componentes da planilha apresentada no Anexo II, que venham sofrer majoração ou redução quando de sua realização.

**5.4.** O percentual contratado para o BDI – Benefício e Despesas Indiretas – não poderá sofrer alteração no decorrer de toda a vigência do contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA : DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da empresa contratada, sem embargo de previsões adicionais constantes do ato convocatório ou do contrato:

**I.** Garantir a prestação do serviço nos moldes do ato convocatório e do contrato, sendo vedada qualquer conduta comissiva ou omissiva que possa acarretar descontinuidade ou falha na execução do contrato.

**II.** Disponibilizar e implementar sistema de aferição de jornada diária de trabalho dos empregados, ou alimentar, por meio de seu preposto, o sistema de aferição de jornada diária disponibilizado pela Administração Pública, conforme especificado no edital ou no contrato, bem como providenciar a confirmação da frequência dos profissionais, preferencialmente, por meio do sistema implementado, através de cartão de frequência ou meio equivalente.

**III.** Decidir sobre as alterações na forma de prestação do serviço, tais como negociação de folgas ou compensação de jornada.

**IV.** Fornecer e manter atualizado, por meio do lançamento no sistema da Administração Pública, a relação nominal e os demais dados dos empregados que estejam atuando para o atendimento do objeto do contrato.



3



**V.** Informar sobre eventuais demissões e substituições, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar das respectivas ocorrências. Cabe à contratada informar a eventual substituição do empregado para fins de aferição dos serviços prestados

**VI.** Fornecer, sempre que solicitado pela Administração Pública, cópia integral da folha de pagamento.

**VII.** Substituir prontamente os empregados faltosos. Apresentar, quanto aos substitutos dos profissionais faltosos, documento individualizado de encaminhamento da contratada, contendo o seu nome e respectivo número de CPF e matrícula.

**VIII.** Responsabilizar-se pelos equipamentos e/ou outros bens necessários à execução do serviço.

**IX.** Responsabilizar-se pelos danos causados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa referente aos equipamentos e demais bens, da Administração Pública, ou de terceiros, quando da execução do objeto do contrato.

**X.** Cumprir as exigências de segurança e medicina do trabalho, conforme disposto na Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego.

**XI.** Manter pelo menos 1 (um) preposto na região metropolitana de Belo Horizonte com poderes para representá-la nos casos de emergências e para solucionar casos relacionados à execução dos serviços, disponibilizando um número de telefone para contato.

**XII.** Prestar as informações solicitadas pela Administração Pública dentro do prazo designado.

**XIII.** Assegurar que os empregados que estejam atuando para o atendimento do objeto do contrato não realizem horas extras sem prévia autorização formal da Administração Pública.

**XIV.** Instalar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, escritório no Município de Belo Horizonte.

**XV.** Providenciar para que todos os empregados que atuem no atendimento ao objeto do contrato tenham domicílio bancário no Município de Belo Horizonte.

**XVI.** Fornecer, sem ônus adicionais, aos empregados que estejam atuando para atender ao objeto do contrato, uniformes completos e equipamentos de proteção individual ou coletiva, sempre que necessário para a execução dos serviços.

**XVII.** Corrigir, às suas expensas, dentro do prazo estipulado pela Administração Pública, todos os serviços executados em que verificarem imperfeições, vícios ou incorreções.

**6.1.** Os uniformes e EPI deverão ser fornecidos no início do contrato e a cada 12 (doze) meses de prestação de serviços e faturados à parte. São obrigações da empresa contratada, sem embargo de previsões adicionais constantes do ato convocatório ou do contrato:

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1.** Solicitar, acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços dos Agentes de Campo e dos Supervisores de Campo por meio da Gerência Regional de Apoio à fiscalização e Intervenções em logradouros Públicos – GRAFIL-CS, dos

Handwritten signature and stamp. The stamp is circular with the text "GEACO" and "GRUPO CONSERVO" around the perimeter. There is a handwritten number "4" above the stamp. There are also some handwritten marks and a small circular stamp with the number "4" inside.



atendentes, agentes administrativos e dos agentes técnicos administrativos por meio da Gerencia Administrativo e Financeiro – GERAFI-CS

**7.2.** Conferir e assinar a "Apuração Mensal de Ponto".

**7.3.** Executar, conferir e assinar, mensalmente a medição dos serviços, descontando-se do valor devido, o equivalente ao posto de serviço descoberto, sem prejuízo das demais sanções.

**7.3.1.** O pagamento da Contratada deverá ser realizado por meio de reembolso, mediante a comprovação dos serviços executados, bem como do pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários conforme cláusula nona do contrato – anexo IX.

**7.4.** Preparar e instruir para pagamento as notas fiscais apresentadas pela CONTRATADA.

**7.5.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

**7.5.1.** A Contratante designará o fiscal do contrato, cujas atribuições, além daquelas previstas no Decreto nº 15.185/13 são:

**I.** Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

**II.** Notificar a contratada, determinando a substituição do empregado ou preposto, sempre que constatado comportamento inadequado, inoperância, desleixo, incapacidade ou atos desabonadores por parte destes, procedendo da mesma forma em relação a preposto ou empregado de eventual subcontratado.

**III.** Conferir se o número de empregados por função coincide com o previsto no edital, quando houver previsão nesse sentido.

**IV.** Definir, em conjunto com o preposto da contratada, como será realizado o treinamento de ambientação dos empregados e de seus eventuais substitutos, conforme dispuser o contrato.

**V.** Requerer, ao preposto da contratada, que os seus empregados se apresentem com o uniforme, crachá de identificação e uso de equipamento de proteção individual.

**VI.** Não deixar que os empregados da contratada pernoitem nos locais de trabalho, salvo quando for da essência da atividade contratada ou houver prévia autorização pela Administração Pública.

**VII.** Comunicar à contratada os danos porventura causados por seus empregados no âmbito da Administração, requerendo a sua reparação.

**VIII.** Recusar bens materiais e insumos em desacordo com as especificações previstas no Projeto Básico ou Termo de Referência.

**IX.** Comparecer, ao local da execução do serviço, sem aviso prévio e em dias esparsos, para checar a real presença dos empregados da contratada.

736  
(14)  
5  
GEACO  
GRUPO CONSERVO

**X.** Realizar, no início da execução do contrato, uma reunião com os empregados da contratada, para informá-los dos seus direitos.

**XI.** Solicitar à contratada a substituição de equipamentos que não atendam às funções para as quais são destinados.

**XII.** Informar ao Ministério da Previdência Social e a Receita Federal qualquer irregularidade constatada no recolhimento da contribuição Previdenciária dos empregados que estejam atuando para o atendimento do objeto do contrato.

**XIII.** Prestar todas as informações necessárias com clareza a contratada para a execução dos serviços contratados.

**7.6.** O fiscal do contrato deverá exigir da empresa contratada os seguintes documentos, dentre outros previstos no edital:

**I.** No início da prestação de serviços e ao longo da execução do contrato:

**a)** documentação necessária para o registro no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores- SUCAF, atualizada;

**b)** cópia do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO;

**c)** comprovação de recolhimento da garantia de que trata o art. 16 do Decreto 15.562/14 , no percentual estabelecido no Edital;

**d)** cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, com as devidas anotações;

**e)** cópia da Ficha de Registro dos Empregados devidamente preenchida;

**f)** cópia do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho da categoria profissional;

**g)** Ficha de Entrega de Equipamento de Proteção Individual- EPI ou coletiva, se o serviço exigir;

**h)** comprovação do cumprimento das demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, nos termos da legislação pertinente.

**II.** Mensalmente, até o 12º (décimo segundo) dia de cada mês:

**a)** Cópia das folhas de pagamento, legíveis e em ordem alfabética com os respectivos comprovantes de crédito bancário;

**b)** cópia da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP – completa, gerada por intermédio do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP, contendo a Relação de Empregados – RE, Relação Tomador/Obra – RET, comprovante de declaração à Previdência Social e o protocolo de conectividade de envio;

**c)** comprovante de compra e entrega de cesta básica, vale transporte, vale refeição ou alimentação, quando tais benefícios forem diretamente prestados aos empregados;

**d)** cópia da relação analítica da folha de pagamento dos profissionais referente ao mês anterior;

**e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego;

**f)** cópia da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT;

**g)** comprovação de demais obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas na legislação pertinente.





**7.6.1.** Os documentos previstos nos incisos I e II deste artigo deverão ser apresentados em cópia autenticada ou em cópia simples, acompanhada dos originais, para autenticação pelo fiscal do contrato.

**7.6.2.** Quaisquer irregularidades constatadas nos documentos previstos nos incisos I e II deste artigo deverão ser imediatamente informadas ao gestor do contrato para a adoção das providências cabíveis

**7.7.** São consideradas faltas graves, passíveis de aplicação das penalidades previstas nos incisos II, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, podendo, ainda, dar ensejo à rescisão do contrato, nos termos do Decreto nº 15.113/13, as seguintes condutas:

**I.** Não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – aos empregados que estejam atuando para o atendimento do objeto do contrato.

**II.** Não pagamento, pela contratada, do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação aos empregados que estejam atuando para o atendimento do objeto do contrato, no dia previamente fixado

**7.8.** A Administração Pública deverá informar ao Ministério da Previdência social e à Receita Federal qualquer irregularidade constatada no recolhimento das contribuições previdenciárias dos empregados que estejam atuando para o atendimento do objeto do contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO/PAGAMENTO**

**8.1.** O período de apuração do serviço prestado corresponderá aos executados no período de 01 a 30 de cada mês.

**8.2.** O pagamento referente aos profissionais contratados será realizado por meio de reembolso, mediante comprovação dos serviços prestados, e da Nota Fiscal que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, observado o disposto no artigo 73 da Lei 8.666/93, bem como, o pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários conforme descritos no item 9.5.

**8.3.** As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

**8.3.1.** A Contratante solicitará à Contratada, na hipótese de glosas e /ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da Nota Fiscal.

**8.3.2.** As glosas abatidas em uma nota fiscal referem-se ao mês imediatamente anterior.

**8.3.3.** Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

Handwritten signature and circular stamp of GEACO (GRUPO CONSERVO) with the number 07/10/2017 and the word PSH.

- 730  
142
- a) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente realizados.

**8.3.4.** Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados e da documentação comprobatória dos encargos trabalhistas e previdenciários, o fiscal da contratante atestará a medição mensal, comunicando à contratada, no prazo de 3 (três) dias úteis, o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal, a ser apresentada em até 2 (dois) dias úteis, subsequentes à comunicação dos valores aprovados.

**8.3.5.** As notas fiscais deverão ser emitidas pela Contratada, contra a Contratante e apresentadas à Gerência Regional Administrativo Financeira - Centro Sul da Contratante.

**8.4.** O pagamento dos serviços contratados será efetuado mensalmente, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao da prestação de serviços, pela Gerência Administrativo Financeira da Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul, em conformidade com as medições e documentação comprobatória das obrigações trabalhistas e previdenciárias mediante a apresentação dos documentos relacionados item 9.5, devendo a CONTRATADA apresentar ao CONTRATANTE, até o 2º (segundo) dia útil, as Notas Fiscais relativas ao período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês anterior.

**8.4.1.** A Contratada deverá enviar à Contratante toda documentação comprobatória das obrigações trabalhistas e previdenciárias apresentação dos documentos relacionados item 9.5, para a devida conferência sendo o faturamento autorizado após a verificação.

**8.5.** A CONTRATADA deverá anexar às notas fiscais, os seguintes comprovantes e documentos:

- a) Cópia das folhas de pagamento relativas ao mês anterior, com os respectivos comprovantes de crédito bancário (nominal), para comprovação de pagamento dos salários, devidamente carimbados e rubricados pela instituição bancária;
- b) Cópia das guias do FGTS, referentes ao período imediatamente anterior, devidamente autenticada, ou cópia simples acompanhada do respectivo original;
- c) Cópia das guias do INSS, referentes ao período imediatamente anterior, devidamente autenticada, ou cópia simples acompanhada do respectivo original;
- d) Cópia da GEFIP autenticada, ou cópia simples acompanhada do respectivo original;
- e) Cópia da Relação de Tomador/Obra - RET, referente aos empregados lotados na prestação do serviço;
- f) Comprovante de compra dos cartões transportes e do auxílio alimentação dos empregados lotados na prestação do serviço, relativos ao mês em curso, que poderá ser feita por nota fiscal ou outro documento, à critério do CONTRATANTE.
- 6





- g) Comprovante de entrega dos vales-transportes e dos vales-refeições aos empregados lotados na prestação do serviço, para utilização no mês em curso;
- h) Certidão Negativa de Débito Salarial emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, devidamente autenticada, ou cópia simples acompanhada do respectivo original;
- i) Comprovante de entrega individual dos uniformes aos empregados lotados na prestação dos serviços, dentro da periodicidade exigida e na ocorrência do evento.

**8.6.** O faturamento mensal do último período de prestação dos serviços só ocorrerá após o último dia efetivo da prestação e apuração dos mesmos.

**8.7.** Desconto referente ao serviço não prestado será efetuado na nota fiscal do mesmo período da prestação do serviço.

**8.8.** A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal conforme legislação vigente, atendendo ao Decreto 15.562 e as Portarias da Secretaria Municipal de Finanças 08/2009 e 10/2009.

**8.9.** Atraso na apresentação do faturamento que venha implicar atraso no recolhimento da importância retida para o INSS acarretará no repasse dos acréscimos legais à CONTRATADA.

**8.10.** Serão pagos à parte, mediante comprovação documentada da respectiva ocorrência, Cartão Transporte, Auxílio Alimentação, Uniformes, Férias, Faltas Legais, Rescisões Contratuais, que deverá ser feita no mês subsequente ao fato gerador.

a) Cartão-Transporte:

Custo Total Mensal do vale transporte = Quantidade de empregados X número de vales/dia X tarifa vigente X nº de dias trabalhados - 6% sobre o valor do salário mensal.

b) Auxílio Alimentação:

Custo Total Mensal do vale-refeição = Quantidade de empregados X 1 (um) vale/dia X valor vigente X nº de dias trabalhados - 20% sobre o valor dos vales-refeições.

c) uniformes:

| QUANTIDADE      | DESCRIÇÃO                                       |
|-----------------|---|
| AGENTE DE CAMPO |   |
| 2               | Calça azul marinho com silk jeans               |
| 2               | Colete de fiscalização azul com faixa refletida |
| 1               | Tênis de segurança preto                        |
| 1               | Boné azul com silk com regulagem                |
| 1               | Capa de chuva                                   |



741  
(142)

| QUANTIDADE          |  | DESCRIÇÃO  |
|---------------------|--|--|
| SUPERVISOR DE CAMPO |  |  |
| 2                   |  | Colete de fiscalização cinza com faixa refletida |
| 1                   |  | Tênis de segurança preto                         |
| 1                   |  | Capa de chuva                                    |

Os uniformes, inclusive os calçados serão fornecidos gratuitamente pelo empregador, devendo o empregado deles fazer uso somente quando em serviço e zelar pela sua conservação, por se tratarem de instrumentos de trabalho pertencentes à Empresa, devendo devolvê-los quando do término do contrato de trabalho.

**8.11.1.** É vedado substituir o Auxílio Alimentação, Cartão Transporte por dinheiro ou crédito equivalente em conta. Caso ocorra esta situação, o valor dos mesmos não será reembolsado e serão aplicadas as penalidades conforme minuta - Anexo X - parte integrante deste edital

**8.12.** Os valores referentes às despesas com uniformes serão faturados à parte e reembolsados mediante apresentação dos comprovantes individuais de entrega, obedecendo aos limites do Anexo II - da Planilha de Composição de Custos.

#### CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**9.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a as seguintes penalidades:

**9.1.1.** Advertência.

**9.1.2.** Multas nos seguintes percentuais:

**a)** multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

**b)** multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descobrir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

**c)** multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

**d)** multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;





- e)** multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- f)** multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicarem em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

**9.2.** As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Gerente Administrativo e Financeiro ou gerente de maior grau hierárquico da Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul.

**9.2.1.** Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

**9.3.** Na aplicação das penalidades será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**9.3.1.** No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem anterior será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

**9.4.** As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

**9.4.1.** Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

**9.5.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público, devidamente explicitado no ato da autoridade competente pela contratação.

**9.6.** O agente público responsável pelos procedimentos de contratação e/ou pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato, quando verificar conduta irregular atribuída a pessoa física ou jurídica, inclusive seus representantes, que seja parte em contrato firmado com a Administração, representará à autoridade competente, apresentando a descrição dos fatos.

**9.7.** A autoridade competente, conforme o caso, após colher os elementos que entender pertinentes, determinará a abertura de processo e notificará o acusado, para, se quiser, apresentar defesa.

**9.8.** A notificação do processado acarretará a abertura da contagem do prazo de defesa e assegurará vista imediata dos autos.

**9.9.** A notificação do acusado deverá ser efetuada por correspondência com aviso de recebimento - AR, a ser juntado aos autos do processo administrativo correspondente.



2

14



**9.10.** O prazo para apresentação de defesa pelo processado, contado da data de juntada do aviso de recebimento - AR aos autos do processo administrativo correspondente será de:

**9.10.1.** 5 (cinco) dias úteis, quando as sanções propostas forem as previstas nas alíneas *a*, *b* e *c* do inciso I e no inciso II do art. 4º do Decreto Municipal 15.113/2013.

**9.10.2.** 10 (dez) dias úteis, quando a sanção proposta for a prevista na alínea *d* do inciso I do art. 4º do Decreto Municipal 15.113/2013.

**9.11.** Decorrido o prazo para apresentação de defesa, a autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relatará o processo e decidirá,

Fundamentadamente, pela absolvição ou pela aplicação da sanção, determinando, conforme o caso, o período de sua duração.

**9.11.1.** Interposto recurso pelo processado, a autoridade recorrida o apreciará no prazo de 05 (cinco) dias úteis, e, decidindo pela manutenção da penalidade aplicada, remeterá os autos à apreciação da autoridade superior para análise e julgamento do recurso no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, nos termos do art. 4º Decreto Municipal 15.113/2013  
Parágrafo único: O recurso administrativo não terá efeito suspensivo.

**9.12.** A notificação da decisão que determinar a aplicação de penalidade ou de julgamento do recurso interposto será realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Município, que deverá conter o prazo para apresentação de defesa e instruções necessárias para o acompanhamento no Diário Oficial do Município dos demais atos processuais e prazos subsequentes.

**9.13.** Na hipótese de aplicação da penalidade de multa, após a publicação do julgamento do recurso no Diário Oficial do Município, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

**9.14.** A declaração de inidoneidade impede o infrator de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública por prazo não superior a 02 (dois) anos, e será aplicada conforme inciso I e II do artigo 15 do Decreto 15.113/2013 e suas alterações.

**9.14.1.** A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo secretário Municipal Competente.

**9.15.** As sanções administrativas constantes neste contrato serão aplicadas, conforme Decreto Municipal nº 15.113/2013 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses de a CONTRATADA:



2

Ad

12



10



- 10.1.** Infringir quaisquer das cláusulas ou condições do Contrato;
- 10.2.** transferir ou ceder o Contrato a terceiros, no todo ou em parte;
- 10.3.** entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;
- 10.4.** recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução do Contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
- 10.5.** deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao CONTRATANTE;
- 10.6.** deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;
- 10.7.** ser declarada inidônea e/ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- 10.8.** subcontratar total ou parcialmente o objeto ajustado, associar-se com outrem, praticar fusão, cisão ou incorporação, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.


#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO**

Este Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à CONTRATADA, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA**

**12.1.** O presente contrato será garantido por meio de Apólice, no valor de **R\$ 654.803,90** (Seiscentos e Cinquenta e Quatro Mil, Oitocentos e Três Reais e Noventa Centavos), equivalentes a 5% (cinco por cento) do valor contratual e recolhido no prazo máximo de cinco dias após a assinatura do contrato, sendo atualizada periodicamente e renovada a cada eventual prorrogação do contrato, observando-se o disposto no artigo 56 da Lei 8.666/93.

**12.2.** A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.

**12.3.** A cobertura do seguro-garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio, por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice, conforme disposto no art. 8º, inciso I, Circular SUSEP nº 477/13. 

**12.4.** A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.



**12.5.** O Município de Belo Horizonte poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para se ressarcir de multas estabelecidas neste contrato.

**12.6.** O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a Contratada a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.

**12.6.1.** A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativa.

**12.7.** As modalidades de seguro garantia e de fiança bancária não podem trazer cláusulas restritivas do uso da garantia e nem de limitações de prazo para comunicado de sinistro, se for o caso.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**13.1.** A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por representante da SARMU-CS, neste ato denominado fiscal do contrato, devidamente credenciado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA e com autoridade para exercer, como representante do CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

**13.2.** Ao fiscal do contrato competem entre outras as atribuições:

- a)** acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;
- b)** registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato;
- c)** determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, a expensas da contratada, no total ou em parte, do objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
- d)** receber o objeto do contrato mediante termo assinado pelas partes;
- e)** rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento de objeto em desacordo com as especificações contidas no contrato, observado o termo de referência;
- f)** exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos no contrato e instrumentos dele decorrentes;
- g)** exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos;
- h)** atestar as notas fiscais e notas fiscais;
- i)** Comunicar ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira tomada de decisões ou providências que ultrapassem o seu âmbito de competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
- j)** aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o previsto no contrato;
- l)** emitir atestado de avaliação do serviço prestado ou do objeto recebido.



Handwritten signature in blue ink.





#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**14.1.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme previsto no §1º, art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

**14.2.** A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

**14.3.** A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO


A publicação do extrato do presente Contrato no "Diário Oficial do Município" correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo

Belo Horizonte, 18 de Julho de 2016.

  
**Marcelo de Souza e Silva**  
Secretário de Administração  
Regional Municipal Centro Sul

  
Camilo Cândido de Araujo Junior - BM 105.553-2  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro  
SMATES/SMF  
**Pedro Meneguetti**  
Secretário Municipal de Finanças

  
**Rúsel Beltrame Rocha**  
Procurador Geral do Município

  
Representante Legal da Contratada

Pedro Alberto Sansão Cabalzar

